REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

MOVIMENTOS SOCIAIS, HISTORIOGRAFIA E TRANSFORMAÇÕES DO CAMPO LITERÁRIO: PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E ENSINO DA LITERATURA EM PERSPECTIVA CULTURAL

SOCIAL MOVEMENTS, HISTORIOGRAPHY, AND TRANSFORMATIONS OF THE LITERARY FIELD: THE PRODUCTION, CIRCULATION, AND TEACHING OF LITERATURE FROM A CULTURAL PERSPECTIVE

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística & Letras e Artes

• 09/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/793949576

José Flávio da Paz[1]

Itamar dos Santos Fonseca[2]

Lucimar Perondi[3]

Luiz Carlos de Araujo[4]

Marcelino Nascimento de Oliveira[5]

RESUMO

Este artigo discute de que modo os movimentos sociais interferem nos processos de produção, circulação e ensino da literatura, considerando as contribuições teóricas dos estudos culturais, da crítica literária e da historiografia literária brasileira. Parte-se do pressuposto de que a literatura constitui prática cultural historicamente situada, cujos sentidos são continuamente ressignificados conforme as transformações sociais. Fundamentado nas reflexões de Jonathan Culler, Raymond Williams, Roland Barthes e Antonio Candido, o estudo analisa como disputas identitárias, políticas e epistemológicas redefinem o cânone, ampliam o repertório textual e transformam práticas pedagógicas. Argumenta-se que a historiografia literária brasileira contemporânea não pode mais ser compreendida como narrativa linear e neutra, mas como campo de tensões simbólicas no qual diferentes grupos sociais disputam visibilidade e legitimidade. Conclui-se que os movimentos sociais não apenas influenciam a literatura, mas participam ativamente da sua constituição histórica, redefinindo critérios de valor, autoria e representatividade.

Palavras-chave: Estudos Culturais; Movimentos Sociais; Cânone Literário; Historiografia Literária; Ensino de Literatura.

ABSTRACT

This article discusses how social movements interfere with the processes of production, circulation and literature production, considering the theoretical contributions of current cultures, literary criticism and Brazilian literary historiography. Part of the assumption is that literature constitutes historically situated cultural practice, which sentiments are continually signified in accordance with social transformations. Based on the reflections of Jonathan Culler, Raymond Williams, Roland Barthes and Antonio Candido, we

analyze how the identity, political and epistemological disputes redefine the canon, expand the textual repertoire and transform pedagogical practices. He argues that contemporary Brazilian literary historiography can never be understood as a linear and neutral narrative, but rather as a field of symbolic tensions in which different social groups dispute visibility and legitimacy. I concluded that social movements do not merely influence literature, but rather participate actively from its historical constitution, redefining criteria of value, authorship and representation.
Keywords: Cultural Studies; Social Movements; Literary Canon; Literary Historiography; Ensino de Literatura.

1. INTRODUÇÃO: A LITERATURA COMO CAMPO DE DISPUTA HISTÓRICA

A compreensão da literatura como fenômeno isolado, dotado de valor intrínseco independente de circunstâncias históricas, constitui uma construção ideológica relativamente recente. Durante séculos, predominou a ideia de que a obra literária representaria expressão universal do espírito humano, acessível a qualquer leitor independentemente de sua posição social ou cultural. Tal concepção, embora ainda presente em discursos pedagógicos e críticos, foi profundamente questionada ao longo do século XX, sobretudo com o desenvolvimento das teorias críticas e culturais que demonstraram a historicidade dos valores estéticos.

Nesse horizonte, a literatura passou a ser entendida não apenas como arte verbal, mas como prática social situada, inserida em sistemas de produção simbólica e atravessada por relações de poder. Essa mudança teórica implicou deslocamento metodológico significativo: o texto deixou de ser interpretado exclusivamente a

partir de sua estrutura interna e passou a ser analisado também em relação aos contextos históricos, ideológicos e institucionais que o constituem.

Tal perspectiva permite reconhecer que a literatura participa ativamente da formação de imaginários coletivos e identidades culturais. Ela não apenas reflete a sociedade, mas contribui para moldá-la, oferecendo narrativas que organizam experiências, legitimam valores e produzem sentidos compartilhados. Consequentemente, transformações sociais profundas, como aquelas impulsionadas por movimentos políticos, culturais e identitários, repercutem inevitavelmente no campo literário.

No Brasil, essa relação revela-se particularmente evidente. A formação da tradição literária nacional ocorreu em estreita conexão com projetos políticos de construção da identidade nacional. Desde o romantismo oitocentista até a crítica modernista e pós-modernista, a literatura foi frequentemente mobilizada como instrumento de definição simbólica da nação. Contudo, esse processo implicou seleção e exclusão: determinadas vozes foram privilegiadas, enquanto outras permaneceram marginalizadas.

A emergência de movimentos sociais contemporâneos, especialmente aqueles ligados a lutas antirracistas, feministas, indígenas e periféricas, tem provocado revisão crítica dessa tradição. Esses movimentos questionam a ideia de que o cânone literário represente universalidade estética e demonstram que ele reflete, em grande medida, perspectivas historicamente dominantes. Assim, a literatura passa a ser analisada como campo de disputa simbólica no qual diferentes grupos buscam reconhecimento e legitimidade.

Diante desse quadro, o problema central que orienta este estudo pode ser formulado nos seguintes termos: de que maneira movimentos sociais interferem nos processos de produção, circulação e ensino da literatura, e como tais interferências transformam a historiografia literária brasileira?

Para responder a essa questão, o artigo desenvolve três eixos argumentativos principais: (1) A literatura constitui prática cultural inserida em estruturas sociais e, portanto, sujeita a transformações históricas; (2) O cânone literário é construção institucional resultante de disputas simbólicas; (3) Movimentos sociais atuam como forças críticas capazes de reconfigurar o campo literário em suas dimensões estética, política e pedagógica.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS: DOS ESTUDOS LITERÁRIOS AOS ESTUDOS CULTURAIS

A constituição dos estudos culturais representou uma das mudanças paradigmáticas mais significativas das humanidades contemporâneas. Esse campo interdisciplinar emergiu quando pesquisadores passaram a questionar a separação rígida entre cultura erudita e cultura popular, defendendo que todas as práticas simbólicas merecem análise crítica.

Segundo Culler, o projeto dos estudos culturais consiste em compreender o funcionamento da cultura e investigar como produções simbólicas organizam identidades individuais e coletivas. Nas palavras do autor:

> *(...), o projeto dos estudos culturais é compreender o funcionamento da cultura, particularmente no mundo moderno: como as produções culturais operam e como as identidades culturais são construídas e organizadas, para indivíduos e grupos, num mundo de comunidades diversas e misturadas, de poder do Estado, indústrias da mídia e corporações multinacionais (Culler, 1999, p. 49).*

Essa formulação redefine o escopo dos estudos literários. Em vez de restringir-se à interpretação estética de obras consagradas, a crítica passa a examinar a literatura como prática cultural entre outras, comparável a manifestações midiáticas, artísticas e cotidianas. O texto literário torna-se objeto de investigação não apenas por sua beleza formal, mas por sua capacidade de produzir significados sociais.

A origem histórica dessa abordagem encontra-se na convergência entre duas tradições teóricas. A primeira deriva do estruturalismo francês, que analisava fenômenos culturais como sistemas de signos regidos por convenções. A segunda provém da teoria marxista britânica, interessada em compreender a cultura como espaço de conflito ideológico. A interação entre essas vertentes possibilitou o surgimento de uma perspectiva crítica que entende a cultura simultaneamente como expressão social e como instrumento de poder.

Essa dupla herança teórica revela que a literatura não pode ser analisada isoladamente. Ela integra um sistema complexo de práticas simbólicas no qual circulam discursos concorrentes e frequentemente contraditórios. Logo, estudar literatura implica

examinar também instituições, valores sociais, políticas educacionais e estruturas de mercado.

A noção de que a cultura participa da constituição da realidade social constitui princípio central das teorias críticas contemporâneas. Tal princípio baseia-se na ideia de que significados não são naturais, mas construídos historicamente por meio de práticas discursivas. A literatura, enquanto forma privilegiada de linguagem simbólica, desempenha papel fundamental nesse processo.

Nesse sentido, análises culturais demonstram que representações literárias contribuem para legitimar ou contestar estruturas de poder. Narrativas podem reforçar estereótipos, naturalizar desigualdades ou, ao contrário, denunciar injustiças e propor novos horizontes de sentido. A literatura torna-se, portanto, instrumento de intervenção simbólica na realidade social.

Essa dimensão política não diminui o valor estético da obra literária; ao contrário, amplia sua complexidade. Quanto mais uma obra dialoga com tensões históricas, mais camadas interpretativas ela oferece. Assim, a crítica contemporânea tende a compreender estética e política não como esferas separadas, mas como dimensões interdependentes da criação literária.

3. HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA COMO CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA

A historiografia literária tradicional costuma apresentar a evolução da literatura como sequência linear de escolas e estilos. Contudo, essa narrativa aparentemente objetiva resulta de escolhas interpretativas que privilegiam determinados autores e silenciam outros. Em outras palavras, a história literária não é simples registro do passado, mas construção discursiva.

Essa constatação torna-se evidente quando se analisam manuais escolares ou compêndios historiográficos. Frequentemente, tais obras apresentam lista relativamente estável de autores considerados fundamentais, enquanto inúmeros outros permanecem ausentes. Essa seleção não decorre apenas de critérios estéticos; envolve fatores institucionais, políticos e sociais.

A crítica contemporânea tem demonstrado que a formação do cânone literário está profundamente ligada à estrutura de poder de cada época. Obras produzidas por grupos dominantes tendem a receber maior visibilidade e reconhecimento, enquanto produções de grupos subalternizados são frequentemente marginalizadas. Assim, a historiografia literária reflete hierarquias sociais.

Esse quadro explica por que movimentos sociais assumem papel central na revisão historiográfica. Ao reivindicarem visibilidade para autores e tradições negligenciados, eles revelam lacunas da narrativa oficial e ampliam o horizonte interpretativo. A história literária deixa de ser vista como relato fechado e passa a ser entendida como campo aberto de investigação crítica.

Diante disso, a noção de cânone literário ocupa posição central nos debates acerca da relação entre literatura, poder e sociedade. Tradicionalmente entendido como conjunto de obras consideradas exemplares ou indispensáveis, o cânone funciona como dispositivo de legitimação simbólica. Ele estabelece padrões de excelência estética, define modelos de escrita e orienta práticas de leitura. Entretanto, longe de ser resultado neutro de critérios universais, o cânone constitui construção histórica determinada por disputas institucionais e ideológicas.

A crítica literária contemporânea demonstrou que a formação canônica depende de processos de seleção realizados por instâncias específicas — universidades, academias, editoras, sistemas educacionais e meios de comunicação. Tais instituições operam como filtros que determinam quais obras serão preservadas, estudadas e difundidas. Assim, o reconhecimento literário não se baseia apenas na qualidade textual, mas também em condições sociais de visibilidade.

Nesse sentido, a análise sociológica da literatura evidencia que o prestígio cultural está vinculado à distribuição desigual de capital simbólico. Certos autores dispõem de maior acesso a recursos institucionais, redes de influência e meios de divulgação, enquanto outros permanecem à margem do sistema literário. O cânone, portanto, não reflete simplesmente valor estético; ele expressa relações de poder.

A tradição crítica brasileira oferece contribuições relevantes para essa discussão. Antonio Candido argumenta que a literatura só se constitui plenamente quando se forma um sistema composto por autores, obras e público articulados por mecanismos de transmissão. Essa formulação implica reconhecer que a legitimação literária depende de condições históricas concretas. Não basta escrever: é necessário que existam instituições capazes de reconhecer e difundir a escrita.

Desse modo, a revisão do cânone não representa ameaça à literatura, mas processo natural de renovação cultural. À medida que novas vozes emergem e novos públicos se formam, critérios de valor são reavaliados e o repertório literário se expande. Movimentos sociais desempenham papel decisivo nessa dinâmica, pois

questionam exclusões históricas e reivindicam representatividade simbólica.

4. SOCIOLOGIA DA LITERATURA E ESTRUTURAS DO CAMPO CULTURAL

A sociologia da literatura fornece instrumentos teóricos essenciais para compreender a interação entre criação artística e estrutura social. Ao investigar as condições de produção e recepção das obras, essa abordagem revela que a literatura integra um campo cultural regido por regras específicas, no qual diferentes agentes disputam reconhecimento e autoridade interpretativa.

Entre os pensadores que contribuíram para essa perspectiva, destaca-se Pierre Bourdieu, cuja teoria do campo literário descreve a arte como espaço relativamente autônomo, mas ainda assim condicionado por relações sociais. Para ele, o valor de uma obra não é atributo natural, e sim resultado de processos de consagração realizados por instituições e especialistas.

Essa concepção permite compreender por que determinados autores são celebrados enquanto outros permanecem invisíveis. O prestígio literário depende da posição ocupada no campo cultural e do volume de capital simbólico acumulado. Assim, transformações sociais, como aquelas promovidas por mobilizações coletivas, alteram a estrutura do campo e, consequentemente, os critérios de reconhecimento artístico.

Movimentos sociais atuam justamente nesse ponto de tensão. Ao desafiar hierarquias culturais estabelecidas, eles deslocam fronteiras simbólicas e ampliam possibilidades de legitimação. Escritores oriundos de grupos historicamente marginalizados passam a

conquistar visibilidade, e suas obras introduzem novos temas, linguagens e perspectivas. O resultado é a diversificação do sistema literário.

Não se deve compreender movimentos sociais apenas como forças políticas externas ao campo cultural. Eles são também agentes epistemológicos, isto é, produtores de conhecimento e interpretação. Ao questionarem narrativas dominantes, esses movimentos propõem novas formas de compreender a realidade e, consequentemente, novas formas de produzir literatura.

Essa atuação manifesta-se de maneira particularmente intensa na crítica às representações estereotipadas. Durante séculos, determinados grupos foram retratados na literatura a partir de perspectivas externas que frequentemente reforçavam preconceitos. A entrada desses grupos no espaço de autoria literária possibilita a construção de narrativas próprias, capazes de subverter imagens cristalizadas.

A teoria cultural contemporânea enfatiza que identidade não constitui essência fixa, mas processo histórico de construção simbólica. Essa ideia é desenvolvida de modo sistemático por Stuart Hall, que concebe identidades como posições discursivas formadas dentro de sistemas de representação. Sob essa ótica, a literatura torna-se espaço privilegiado para a elaboração e negociação identitária.

Quando novos sujeitos passam a escrever e publicar, não ocorre apenas ampliação quantitativa do repertório literário; ocorre também transformação qualitativa das formas de representação. Experiências antes silenciadas tornam-se visíveis, e o imaginário

coletivo se modifica. Assim, movimentos sociais não apenas influenciam a literatura: eles participam de sua constituição histórica.

5. PRODUÇÃO LITERÁRIA CONTRA-CANÔNICA E ESTÉTICAS DA RESISTÊNCIA

O surgimento de produções literárias associadas a movimentos sociais frequentemente dá origem ao que a crítica denomina contra-cânone, conjunto de obras que desafiam padrões estabelecidos e propõem alternativas estéticas e políticas. Tais produções não se limitam a tematizar conflitos sociais; elas também experimentam formas linguísticas inovadoras, rompendo convenções tradicionais.

A estética da resistência manifesta-se em diversas estratégias textuais: uso de oralidade, hibridismo linguístico, fragmentação narrativa, intertextualidade com culturas populares e apropriação crítica de gêneros consagrados. Essas escolhas formais não são meramente estilísticas; elas expressam posicionamentos ideológicos e projetos de mundo.

Importa destacar que a literatura contra-canônica não substitui o cânone tradicional, mas dialoga criticamente com ele. Muitas vezes, escritores marginalizados reinterpretam obras clássicas a partir de novas perspectivas, revelando aspectos antes negligenciados. Esse processo demonstra que a tradição literária não é bloco homogêneo, e sim campo plural de significações.

Além de influenciar a produção textual, movimentos sociais transformam os modos de circulação literária. Historicamente, a difusão de livros esteve concentrada em grandes centros urbanos e

dependente de editoras comerciais. Esse modelo limitava o acesso de autores periféricos e restringia a diversidade de vozes publicadas.

Nas últimas décadas, entretanto, novas formas de circulação têm emergido. Coletivos literários, editoras independentes, feiras comunitárias e plataformas digitais criaram redes alternativas de divulgação. Esses espaços permitem que escritores publiquem sem depender exclusivamente de instituições tradicionais, ampliando a democratização cultural.

A circulação digital, em especial, alterou profundamente o cenário literário. Blogs, redes sociais e revistas eletrônicas possibilitam publicação imediata e interação direta com leitores. Esse fenômeno descentraliza a autoridade crítica e estimula a formação de comunidades interpretativas diversas. A literatura passa a circular em fluxos horizontais, e não apenas verticais.

6. ENSINO DE LITERATURA E TRANSFORMAÇÃO PEDAGÓGICA

As mudanças no campo literário repercutem inevitavelmente no ensino. Currículos escolares e universitários, que antes privilegiavam listas fixas de autores consagrados, vêm sendo gradualmente reformulados para incluir produções diversas. Essa transformação responde à necessidade de tornar o ensino mais representativo e socialmente relevante.

A pedagogia crítica enfatiza que a leitura literária deve promover reflexão sobre a realidade e estimular consciência histórica. Nesse sentido, a obra literária não é tratada como objeto distante, mas como discurso capaz de dialogar com experiências contemporâneas. Tal abordagem favorece a formação de leitores críticos e autônomos.

Metodologicamente, o ensino contemporâneo tende a integrar análise textual e contextualização cultural. Professores incentivam estudantes a examinar tanto a estrutura estética quanto os aspectos sociais das obras, demonstrando que forma e conteúdo são inseparáveis. Essa perspectiva interdisciplinar amplia a compreensão da literatura e fortalece sua relevância educacional.

Destaca-se que, Um dos equívocos recorrentes nos debates sobre literatura consiste em opor tradição e inovação como se fossem categorias incompatíveis. Na realidade, a tradição só se mantém viva porque é continuamente reinterpretada. Cada geração relê obras do passado à luz de suas próprias questões, atribuindo-lhes novos significados.

Essa dinâmica dialética explica por que textos clássicos permanecem relevantes. Eles não sobrevivem apenas por sua antiguidade, mas porque continuam sendo objeto de novas leituras. Movimentos sociais desempenham papel fundamental nesse processo, pois introduzem perspectivas críticas que revelam dimensões antes invisíveis das obras.

Logo, a tradição literária não deve ser concebida como herança estática, e sim como arquivo aberto em permanente transformação. O passado literário não desaparece; ele é constantemente reconstruído pelo presente.

7. QUESTÕES METODOLÓGICAS: ENTRE TEXTO, CONTEXTO E INTERPRETAÇÃO

A crítica literária contemporânea encontra-se diante de um desafio metodológico central: como articular análise formal do texto com investigação histórica e sociocultural sem reduzir a literatura a mero

reflexo da realidade? Essa questão tem orientado debates teóricos desde a segunda metade do século XX e permanece crucial para compreender o papel dos movimentos sociais no campo literário.

Durante muito tempo, predominou nos estudos literários a chamada leitura imanente, que privilegiava a análise interna da obra, estrutura, linguagem, estilo, imagens e símbolos. Essa abordagem contribuiu significativamente para o desenvolvimento da crítica, pois permitiu examinar a complexidade estética dos textos. Entretanto, sua ênfase exclusiva na forma acabou por marginalizar fatores históricos e ideológicos.

Com o avanço das teorias críticas, passou-se a reconhecer que nenhum texto existe fora de contextos sociais. O filósofo Michel Foucault demonstrou que discursos não são simples representações, mas práticas que produzem realidades e organizam relações de poder. Aplicada à literatura, essa perspectiva evidencia que obras literárias participam da construção de regimes de verdade e, portanto, não podem ser analisadas isoladamente.

Por outro lado, reduzir a literatura a documento sociológico também constitui risco interpretativo. Quando a obra é vista apenas como sintoma de uma estrutura social, sua singularidade estética pode ser negligenciada. O desafio consiste, portanto, em desenvolver metodologias capazes de integrar análise textual e contextualização histórica, preservando a complexidade do fenômeno literário.

Nesse ponto, as contribuições da tradição cultural britânica mostram-se particularmente fecundas. Raymond Williams (1969) argumentou que cultura deve ser entendida simultaneamente como sistema simbólico e como prática social. Essa concepção

permite analisar textos literários tanto em sua dimensão estética quanto em sua inserção histórica, evitando reducionismos.

A crítica contemporânea tende a adotar abordagens interdisciplinares que combinam ferramentas da linguística, da história, da sociologia e da filosofia. Tal pluralidade metodológica não representa fragilidade teórica; ao contrário, constitui condição necessária para compreender a complexidade da literatura em sociedades marcadas pela diversidade cultural.

Outro aspecto fundamental da relação entre literatura e movimentos sociais diz respeito à recepção. A leitura não é atividade passiva; trata-se de processo interpretativo por meio do qual leitores atribuem sentidos ao texto. Cada comunidade leitora mobiliza repertórios culturais próprios, o que significa que a interpretação varia conforme contextos históricos e sociais.

Essa dimensão ativa da leitura tem implicações pedagógicas importantes. O educador Paulo Freire enfatizou que compreender textos envolve compreender o mundo, pois leitura e realidade se iluminam mutuamente. Em uma de suas formulações mais conhecidas, ele afirma: A leitura do mundo precede a leitura da palavra, e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. (Freire, 1989, p. 11).

Aplicada ao ensino de literatura, essa ideia sugere que estudantes interpretam obras a partir de suas experiências sociais. Quando o currículo ignora essas experiências, a leitura tende a tornar-se distante e desmotivadora. Por outro lado, quando textos dialogam com vivências dos leitores, o processo interpretativo ganha significado e profundidade.

Movimentos sociais contribuem decisivamente para essa transformação pedagógica ao reivindicarem inclusão de narrativas diversas nos programas educacionais. A presença de autores de diferentes origens culturais amplia o horizonte de identificação dos estudantes e favorece a construção de uma educação mais plural e democrática.

8. RECONFIGURAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DA HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA BRASILEIRA

A historiografia literária brasileira atravessa atualmente fase de revisão crítica marcada pela ampliação do corpus de estudo e pela problematização de categorias tradicionais. Pesquisas recentes têm revelado a existência de trajetórias literárias que permaneceram invisíveis nos relatos canônicos, demonstrando que a história literária oficial representou apenas parte do panorama cultural.

Essa revisão não implica rejeição da tradição, mas sua reinterpretação. Obras clássicas continuam sendo analisadas, porém sob novos enfoques que consideram questões de gênero, raça, classe e colonialidade. Esse movimento demonstra que a historiografia não é registro definitivo, e sim narrativa em constante reconstrução.

Importa destacar que essa transformação não ocorre espontaneamente; ela resulta de pressões intelectuais e políticas exercidas por pesquisadores, coletivos culturais e movimentos sociais. Ao reivindicarem reconhecimento para produções marginalizadas, esses agentes ampliam o escopo da história literária e desafiam modelos interpretativos consolidados.

Consequentemente, a literatura brasileira contemporânea apresenta panorama mais plural do que aquele descrito pelos manuais tradicionais. A diversidade de vozes e estilos reflete a multiplicidade cultural do país e evidencia que a literatura é campo aberto, não sistema fechado.

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permite estabelecer algumas proposições centrais: (1) A literatura constitui prática cultural historicamente situada e não pode ser compreendida fora das estruturas sociais que a produzem; (2) O cânone literário é construção institucional resultante de processos de legitimação simbólica; (3) Movimentos sociais atuam como agentes transformadores capazes de redefinir critérios de valor estético e ampliar o repertório textual; (4) A historiografia literária não é narrativa neutra, mas interpretação sujeita a revisões; e, (5) O ensino de literatura reflete disputas culturais e pode tornar-se instrumento de democratização simbólica.

Essas proposições convergem para uma conclusão fundamental: literatura e sociedade mantêm relação dialética. Transformações sociais produzem transformações literárias, e mudanças literárias influenciam a percepção social da realidade.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação realizada confirma que a literatura não é vestígio fossilizado do passado, mas prática viva em constante diálogo com a cultura que a interpreta. Movimentos sociais desempenham papel decisivo nesse processo, pois introduzem novas perspectivas, questionam hierarquias simbólicas e ampliam horizontes

interpretativos. Ao interferirem na produção, circulação e ensino das obras, eles transformam o próprio conceito de literatura.

Compreender essa dinâmica exige abandonar concepções essencialistas que tratam a arte como esfera isolada. A literatura integra sistemas culturais complexos e participa de disputas simbólicas que envolvem identidades, valores e projetos de sociedade. Nesse sentido, estudar literatura significa também estudar história, política e cultura.

A historiografia literária brasileira contemporânea evidencia essa interdependência. À medida que novas vozes são incorporadas e novas leituras se consolidam, a tradição se reconfigura. O passado literário não desaparece; ele é reinterpretado sob novas luzes. Assim, confirma-se a ideia de que a tradição não é herança imóvel, mas processo dinâmico de reconstrução simbólica.

Conclui-se, portanto, que movimentos sociais não são forças externas ao campo literário, mas elementos constitutivos de sua própria história. Eles demonstram que a literatura é espaço de negociação cultural, onde diferentes grupos disputam visibilidade, legitimidade e sentido. Reconhecer essa dimensão significa compreender a literatura em sua complexidade plena, como arte, como discurso e como prática social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. **Mitologias.** Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte:** gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira.** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CULLER, Jonathan. **Teoria literária:** uma introdução. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam / Paulo Freire.

HALL, Stuart.**A identidade cultural na pós-modernidade;** tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade:** 1780 - 1950; tradução de Leônidas H. B. Hegenberg, Octanny Silveira da Mota e Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

---

[1] Pós-doutor em Ensino de Ciências e Humanidades pelo PPGECH/UFAM; Doutor em Estudos Literários-PPGEL/UNEMAT. Diretor do Centro Cultural, Educacional e Tecnológico Para a Paz-FAPAZ, Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Regional do Cariri-PPGL/URCA, Professor Associado (PRO BONO) da Logos University International-UniLogos e Professor EBTT Visitante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN - Campus São Paulo do Potengi. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Práxis Transformadora em Educação-FAMEN/DGP-CNPq. Membro do

Grupo de Pesquisa Brasil, Cabo Verde: Literatura, Educação e História-UERJ/DGP-CNPq. Lattes iD:. Lattes: https://lattes.cnpq.br/5717227670514288. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.

[2] Mestrando em Ensino de Física pelo programa MNPEF da Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará-UNIFESSPA. Lattes iD:. Lattes: http://lattes.cnpq.br/3140810757285791. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.

[3] Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Universidade Federal de Rondônia-PPGEEProf/UNIR. É integrante do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Educação Ambiental do contexto amazônico UNIR. Professora da Secretaria de Educação do Estado de Rondônia-SEDUC e da Secretária Municipal de Educação de Porto Velho RO-SEMED. Lattes iD:. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5294444894190508. Orcid iD:. ORCID: https://orcid.org/0009-0000-3299-0561. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.

[4] Pós-graduado em Gestão e Políticas Públicas - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo-FESPSP; Direito Previdenciário - Universidade Gama Filho-UGF. Graduação em Direito - Universidade Federal de Rondônia-UNIR. Graduação em Economia - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ. É Economista da Gerência Executiva do INSS de Porto Velho (RO). Lattes iD:. Lattes: https://lattes.cnpq.br/4017707818909959. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.

[5] Doutorando em Educação pela Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe-PPGED/UFS. Mestre

em Ciência da Computação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação da Universidade Federal de Sergipe-PROCC/UFS. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Informática na Educação-GEPIED/UFS. É professor efetivo da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe-SEDUC-SE e Técnico de Laboratório na UFS. Atualmente, está cedido à Prefeitura Municipal de Aracaju, onde exerce o cargo de Diretor de TIC na Secretaria Municipal da Fazenda. Lattes: http://lattes.cnpq.br/1535229625506010. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.